

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.916 - RS (2019/0301132-6)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : IGOR ANTONIO WIEDENHOFT CARDOSO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por IGOR ANTONIO WIEDENHOFT CARDOSO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0226008-74.2019.8.21.70000).

Consta dos autos ter sido o recorrente preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes, ante a apreensão de **3g (três gramas) de crack, 17g (dezessete gramas) de maconha e 2g (dois gramas) de cocaína** (e-STJ fl. 82).

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 77):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, os agentes públicos estavam em patrulhamento de rotina em local conhecido pelo comércio de drogas. No endereço, visualizaram o paciente em atitude suspeita, tendo este, em tese, tentado fugir do local, sem sucesso. Com o paciente, supostamente, foram apreendidas 22 pedras de crack, pesando cerca de 03g, 04 cigarros de maconha, pesando 4g, 07 embalagens de maconha, pesando 13g, 01 pino de cocaína, pesando 2g, R\$45,00 e papel seda, tudo a evidenciar, com segurança, a presença dos pressupostos justificadores da prisão preventiva. Predicados pessoais favoráveis, por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória. Inviável o exame aprofundado das provas em sede de *habeas corpus*. Elementos contidos no expediente autorizam a manutenção da segregação. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto. Importa referir que a

# Superior Tribunal de Justiça

circunstância de que o paciente não foi conduzido para audiência de custódia não enseja a revogação da prisão, quando o respectivo auto (de prisão em flagrante) foi homologado pela magistrada competente, comunicada logo após o fato, em tese. De resto, o paciente responde a outro dois processos, pelo crime de tráfico de entorpecentes, inclusive com denúncias recebidas, situação que, por si só, denota a tendência de reiteração delitiva. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.

ORDEM DENEGADA.

Neste recurso, sustenta a defesa inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não foi apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando tratar-se de paciente primário e menor de 21 anos.

Aduz a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Afirma, ainda, "que a custódia do flagrado está, também, acometida por nulidade ABSOLUTA, em razão da não apresentação do preso por ocasião da audiência de custódia designada para o dia 22/07/2019" (e-STJ fl. 6).

Busca, inclusive liminarmente, possa o paciente responder em liberdade ao processo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, **pois a custódia antecipada do paciente está amparada na sua reiteração delitiva, já que enfatizou o decreto prisional que ele "responde a outros dois processos pelo crime de tráfico de entorpecentes, inclusive com denúncias recebidas em 15 e 28 de fevereiro deste ano, (003/2.19.0001085-3 e 003/2.19.0001393-3)" – e-STJ fl. 28.**

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção

# *Superior Tribunal de Justiça*

constantes dos autos, sem o que não há como verificar o alegado constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste recurso.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator